

21/05/2013

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 114.289 RIO GRANDE DO SUL

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S)	: RUDIMAR DA SILVEIRA MACIEL
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

E M E N T A

HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. VALOR EXCESSIVO DA RES FURTIVA. INGRESSO NA RESIDÊNCIA. REGISTROS CRIMINAIS PRETÉRITOS. IMPOSSIBILIDADE.

1. A pertinência do princípio da insignificância deve ser avaliada, em casos de pequenos furtos, considerando não só o valor do bem subtraído, mas igualmente outros aspectos relevantes da conduta imputada.

2. O elevado valor do bem furtado, avaliado acima da metade do salário mínimo da época dos fatos, atesta reprovabilidade suficiente a afastar aplicação do princípio da insignificância.

3. Não tem pertinência o princípio da insignificância se o crime de furto é praticado mediante ingresso sub-reptício na residência da vítima, com violação da privacidade e tranquilidade pessoal desta.

4. A existência de registros criminais pretéritos obsta a aplicação do princípio da insignificância, consoante jurisprudência consolidada da Primeira Turma desta Suprema Corte (v.g.: HC 109.739/SP, rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 14.02.2012; HC 110.951, rel. Min. Dias Toffoli, DJe 27.02.2012; HC 108.696 rel. Min. Dias Toffoli, DJe 20.10.2011; e HC 107.674, rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 14.9.2011). Ressalva de entendimento pessoal da Ministra Relatora.

5. Ordem denegada.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os

HC 114289 / RS

Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em denegar a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 21 de maio de 2013.

Ministra Rosa Weber
Relatora

21/05/2013

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 114.289 RIO GRANDE DO SUL

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S)	: RUDIMAR DA SILVEIRA MACIEL
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Trata-se de *habeas corpus* impetrado pela Defensoria Pública da União em favor de Rudimar da Silveira Maciel contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça proferido nos autos do contra julgamento colegiado do Superior Tribunal de Justiça no Agravo Regimental no REsp 1.262.756/RS.

O Paciente foi denunciado pela prática de furto qualificado (art. 155, § 4º, inciso I, do Código Penal), por ter subtraído, mediante destruição e rompimento de obstáculo, um aparelho de DVD avaliado em R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais). O magistrado de primeiro grau julgou improcedente a denúncia para absolver Rudimar da Silveira Maciel, nos termos do art. 395, inciso II, do Código de Processo Penal.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em sede de apelação criminal, negou provimento ao recurso do *Parquet*. Contra esta situação, o Ministério Público Estadual manejou recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça, que, por decisão monocrática da lavra do Ministro Marco Aurélio Bellizze, deu provimento ao apelo para determinar o recebimento da denúncia e o prosseguimento da ação penal. Irresignada, a Defensoria Pública interpôs agravo regimental, mas não logrou êxito.

Eis o teor do acórdão impugnado:

“PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO. DESTRUIÇÃO E ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. PRINCÍPIO DA

HC 114289 / RS

INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. BEM SUBTRAÍDO AVALIADO EM R\$ 240,00. MAUS ANTECEDENTES. VÍTIMA CUNHADO DO RÉU, QUE PRATICOU O DELITO EM REGIME SEMIABERTO. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. A decisão deve ser mantida, porque proferida em harmonia com a jurisprudência pacífica desta Quinta e da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a reincidência e a habitualidade delitiva específicas implicam uma maior reprovabilidade da conduta porque denotam certo profissionalismo delitivo, praticado em doses módicas, visando, assim, fintar a lei, livrando-se do seu alcance por meio da aplicação do princípio da insignificância.

2. Não há como negar que a prática reiterada de delitos contra o patrimônio viola de forma mais acintosa o bem jurídico que se almeja proteger por meio da norma penal incriminadora, afastando, por conseguinte, o reconhecimento de sua irrelevância delitiva.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."

Neste *writ*, insiste a Defesa, em síntese, na aplicação do princípio da insignificância. Afirma que o fato de o paciente ser reincidente não deve impedir o acolhimento da tese. Requer a concessão da ordem de *habeas corpus* para reconhecer a atipicidade material da conduta delitiva imputada ao paciente e, em consequência, trancar a ação penal.

Não houve pedido de liminar.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Edson Oliveira de Almeida, manifestou-se pela denegação da ordem.

É o relatório.

21/05/2013

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 114.289 RIO GRANDE DO SUL

VOTO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): O presente *habeas corpus* diz com a aplicação ou não do princípio da insignificância ao caso concreto.

Conforme relatado, o Paciente foi denunciado pela prática de furto qualificado (art. 155, § 4º, inciso I, do Código Penal), por ter subtraído, mediante destruição e rompimento de obstáculo, um aparelho de DVD avaliado em R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).

O Superior Tribunal de Justiça, em sede de agravo regimental no REsp 1.262.756/RS, ao afastar a aplicação do princípio da insignificância, recebeu a denúncia para dar prosseguimento à ação penal de origem.

Esta Suprema Corte tem admitido a aplicação do princípio da insignificância em casos envolvendo crimes de pequena dimensão. Nesse contexto, a conduta delitiva seria tão diminuta que não afetaria materialmente o bem jurídico protegido pela norma penal, sendo atípica da perspectiva material.

Tal entendimento encontra-se consubstanciado em diversos acórdãos desta Suprema Corte:

“A tipicidade penal não pode ser percebida como o trivial exercício de adequação do fato concreto à norma abstrata. Além da correspondência formal, para a configuração da tipicidade, é necessária análise materialmente valorativa das circunstâncias do caso concreto, no sentido de se verificar a ocorrência de alguma lesão grave, contundente e penalmente relevante do bem jurídico tutelado.” (HC 109.739/SP – Rel. Min. Carmen Lúcia – 1ª Turma do STF – un. - j. 13.12.2011 – Dje-032, de 13.02.2012)

“O princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. Doutrina. Tal postulado - que considera necessária,

HC 114289 / RS

na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público.” (RHC 107264/DF – Rel. Min. Celso de Mello – 2ª Turma – un. – j. 19.04.2011 – Dje-232, de 06/12/2011).

A doutrina majoritária tem se posicionado no sentido de que o princípio da insignificância afeta a tipicidade material. Por todos, considerando a torrencial doutrina existente sobre o tema, cito o eminente e saudoso Ministro Francisco de Assis Toledo:

“Note-se que a gradação qualitativa e quantitativa do injusto referida inicialmente (supra, n. 123), permite que o fato penalmente insignificante seja excluído da tipicidade penal, mas possa receber tratamento adequado – se necessário – como ilícito civil, administrativo etc., quando assim o exigirem preceitos legais ou regulamentares extrapenais.” (TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de Direito Penal. 5ª ed. São Paulo, Saraiva, 2002, p. 134).

O princípio da insignificância também encontraria fundamento nos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Impor prisão ou condenação criminal por crimes de diminuta dimensão não se justificaria por sua desproporcionalidade.

Nessa linha, alguns julgados desta Corte, entre eles o seguinte da lavra do eminente Ministro Ayres Britto:

“Reiteradas vezes este Supremo Tribunal Federal debateu o tema da insignificância penal. Oportunidades em que me posicionei pelo reconhecimento da insignificância penal como expressão de um necessário juízo de razoabilidade e proporcionalidade de condutas que, embora formalmente encaixadas no molde legal-punitivo, materialmente escapam desse encaixe.” (HC 109.277/SE – Rel. Min. Ayres Britto – 2ª Turma – un. – j. 13.12.2011 – DJe-036, de 17.2.2012).

HC 114289 / RS

De todo modo, qualquer que seja a base jurídica para a aplicação do princípio da insignificância, a pontual atenuação do rigor da lei em crimes de diminuta expressão é medida necessária sob pena da criação de situações de acentuada injustiça e da incômoda sensação de identificação da Justiça e do acusado com os personagens literários Inspetor Javert e Jean Valjean, da obra imortal de Victor Hugo.

O furto envolveu bem avaliado em R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), correspondente a aproximadamente 51% do salário mínimo vigente à época dos fatos – 12.4.2009 –, de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais).

Embora inviável estabelecer um parâmetro de valor objetivo para aplicação do princípio da insignificância, não pode ser considerado inexpressivo o furto de bem com valor próximo ao salário mínimo.

Em casos similares, esta Corte Suprema recusou a aplicação do princípio para furtos envolvendo bens de valor inferior ao do salário mínimo da época dos fatos. Assim, ilustrativamente, “não se considera de reduzida expressividade financeira o valor do bem que o paciente tentou subtrair – avaliado em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) –, se levado em conta que o valor do salário mínimo vigente à época era de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta) reais. 2. Conclui-se, portanto, que o valor do bem que o paciente tentou subtrair era equivalente a praticamente 2/3 (dois terços) do valor do salário mínimo vigente à época dos fatos” (HC 108.330/RS, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 25.4.2012).

Também deve ser considerado que o bem foi furtado da residência da vítima. Houve, portanto, não só a lesão patrimonial, mas igualmente a violação à privacidade e à tranquilidade da vítima, perturbada em sua residência pela invasão do Paciente. Merece assim a conduta juízo de maior censura, por suas consequências e também por revelar maior culpabilidade do agente.

Não tem pertinência o princípio da insignificância quando o crime de furto é praticado mediante ingresso sub-reptício na residência da vítima, não sendo o valor do bem subtraído o único elemento a ser considerado na valoração da conduta delitiva. Nesse sentido destaca o

HC 114289 / RS

precedente de minha lavra consubstanciado no HC 108.089/RS (Rel. Min. Rosa Weber, 1ª Turma, un., j. 15.5.2012).

Agregue-se o fato de que o Paciente possui registros criminais pretéritos. Quanto ao ponto, destacou o Superior Tribunal de Justiça que “a folha de antecedentes do recorrido demonstra a prática reiterada de delitos da mesma natureza, o que impede a aplicação do princípio da bagatela, pois à sua aplicação faz-se imprescindível não só a análise do dano causado pela ação, mas também da culpabilidade do agente, sob pena de se aceitar, ou mesmo incentivar, a prática de pequenos delitos”.

Enfatizo que a jurisprudência consolidada desta 1ª Turma compreende que “apesar de tratar-se de critério subjetivo, a reincidência deve ser excepcionada da regra para análise do princípio da insignificância, pois não está sujeita a interpretações doutrinárias e jurisprudenciais ou a análises discricionárias. O criminoso reincidente, como é o caso do ora paciente, apresenta comportamento reprovável, e sua conduta deve ser considerada materialmente típica” (HC 109.739/SP, rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 14.02.2012). Nessa linha, representaria, o reconhecimento da insignificância para agente com registros criminais pretéritos, estímulo para a prática reiterada de pequenos crimes sem punição. É o que emerge dos precedentes, *v.g.*, HC 110.951, rel. Min. Dias Toffoli, DJe 27.02.2012; HC 108.696 rel. Min. Dias Toffoli, DJe 20.10.2011; e HC 112.262, rel. Min. Luiz Fux, DJe 10.4.2012.

Diversa, contudo, a minha visão. Se a insignificância afeta a chamada tipicidade material - vale dizer, implica atipicidade da conduta -, antecedentes criminais não se mostram aptos a inibir a aplicação do princípio no caso concreto, uma vez pertinentes a categoria dogmática estranha à tipicidade. Assim, antecedentes criminais, por maior gravidade que ostentem, não ensejam a tipificação criminal de conduta que, pela insignificância da ofensa perpetrada ao bem jurídico protegido, não lhe tenha causado lesão de relevo. Nessa ótica, com a devida vênia, a vida pregressa do indivíduo não se mostra hábil a transformar em crime fato que, pelo dano insignificante causado ao bem jurídico objeto da tutela penal, materialmente não se subsume no tipo previsto em lei.

HC 114289 / RS

Acato, todavia, em atenção ao princípio da Colegialidade, a firme orientação desta Turma no que não admite a aplicação do princípio da bagatela quando o indivíduo possui registros criminais pretéritos.

Em síntese, no presente caso, pelo valor do bem, pelo ingresso subreptício no domicílio da vítima e pelos registros criminais pretéritos do Paciente, não tem lugar o princípio da insignificância.

Ante o exposto, denego a ordem de *habeas corpus*.

É como voto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 114.289

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATORA : MIN. ROSA WEBER

PACTE.(S) : RUDIMAR DA SILVEIRA MACIEL

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma denegou a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora. Unânime. Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. 1ª Turma, 21.5.2013.

Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli e Rosa Weber. Compareceu o Senhor Ministro Teori Zavascki para julgar processos a ele vinculados.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma